

ANEXO DE METAS FISCAIS

MANUAL DE ELABORAÇÃO

**Aplicado à União e aos Estados,
Distrito Federal e Municípios**

8ª edição atualizada (Portaria STN nº xxx, de xxx)

Encaminhamento: Assunto já discutido nas reuniões de subgrupo de Despesa Obrigatória de Caráter Continuado, em 11/3/2008 e 14/4/2008, e no V Fórum IRB-Promoex, de 14 a 16/5/2008. O assunto deverá ser retomado na próxima reunião do GT Relatórios, prevista para ocorrer no período de 4 a 6 de junho de 2008.

| DEMONSTRATIVO DA DESPESA OBRIGATÓRIA DE CARÁTER CONTINUADO | |
|---|--|
| PG. (deste arquivo) | NOVAS ALTERAÇÕES OU EXPLICITAÇÕES (A SEREM DISCUTIDAS) |
| 3 a 4 | Conceito e exemplos de DOCC. |
| 5 a 6 | Exemplos de DOCC. |
| 6 a 7 | Cálculo do impacto orçamentário-financeiro das DOCC. |
| 7 a 9 | Mecanismo de compensação das DOCC. |
| 8 | Período que deve ser considerado para fins de cálculo do efeito financeiro. |
| 9 a 12 | Aumento permanente de receita. Crescimento de arrecadação decorrente do crescimento esperado da economia não serve como compensação. |
| 12 | Redução permanente de despesa. Contingenciamento, remanejamento de despesas e margem de expansão |

| | |
|---------|--|
| | não servem como compensação. |
| 12 | Demonstrativo da Margem de Expansão integra Anexo de Metas Fiscais da LDO. Objetivo de estabelecer, no processo orçamentário, um limite para a expansão da DOCC na LOA, de modo a adequar as despesas às metas fiscais. Criação ou expansão de DOCC fora desse processo estar acompanhada da devida compensação, já que a margem de expansão não é aceita para esse fim. |
| 12 e 13 | Fatores que provocam aumento real da DOCC. |
| 13 | Gráfico: explicação de como encontrar a margem de expansão de DOCC |
| 14 a 21 | Demonstrativo da Margem de Expansão (LDO), reformulado |
| 22 a 26 | Demonstrativo de Avaliação da Margem do Exercício Anterior (LDO), novo |
| 26 a 30 | Demonstrativo de Avaliação do ato de criação ou expansão da DOCC, novo |

Legenda

~~XXXXXX~~ - Excluído

XXXXXX - Incluído

XXXXXX - Dúvidas

1.1 DEMONSTRATIVO VIII – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

Um dos aspectos mais relevantes na alocação de recursos no orçamento público diz respeito ao fato de as despesas poderem ser discricionárias ou obrigatórias. As despesas discricionárias são aquelas autorizadas por meio do processo orçamentário anual, de acordo com a disponibilidade de recursos. As despesas obrigatórias são criadas por meio de outra lei que não a orçamentária ou por medida provisória ou ato normativo, com obrigatoriedade de alocação de recursos no orçamento e, portanto, sem discricionariedade para que o legislador orçamentário as autorize ou não de acordo com prioridades ou disponibilidades. São exemplos de despesas obrigatórias, dentre outros, os atos que concedem assistência financeira ou pagam benefícios, segundo regras ou fórmulas específicas, a todos os indivíduos ou a entidades privadas ou públicas que atendam aos requisitos de elegibilidade.

O conceito de Despesa Obrigatória de Caráter Continuado – DOCC foi instituído pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF no art. 17, ~~conceituando-a~~ como despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo, que fixe ~~m~~ para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.¹ Há, portanto, expectativa de direitos para terceiros, oponíveis contra o Estado, gerando obrigatoriedade de alocação de recursos no orçamento para execução por, pelo menos, três exercícios, segundo os critérios previamente estabelecidos em lei, medida provisória ou ato normativo. A DOCC não é criada na Lei Orçamentária Anual - LOA, mas depende de instrumento normativo específico para posterior inclusão na LOA.

¹ LRF, art. 17, caput.

Também no caso das despesas com pessoal, a DOCC é criada no momento em que se configura a decisão de gasto, no provimento dos cargos. Contudo, em virtude de haver dúvidas sobre se o candidato aprovado em concurso tem direito líquido e certo à nomeação e à posse ou apenas expectativa de direito², recomenda-se que todos os atos que precedam o provimento – criação do cargo, concurso público, nomeação – sejam acompanhados das comprovações exigidas para DOCC no art. 17 da LRF, de modo a resguardar o ente de impactos fiscais³.

Recomenda-se, ainda, que os editais de concurso esclareçam que o candidato aprovado só tem direito à nomeação na hipótese de manifestação inequívoca da administração quanto à necessidade de provimento do cargo durante o prazo de validade do concurso, sujeitando-se aos critérios de oportunidade e conveniência e à disponibilidade financeira da Administração Pública, salvo na hipótese prevista na Constituição, art. 37, IV.

A maneira mais fácil de identificar a DOCC é verificar se, uma vez criada uma despesa corrente, ela chegará à elaboração do orçamento definida, dada, rígida. Ficam fora desse conceito

² Embora a jurisprudência do STF seja de que “antes do provimento do cargo, o candidato tem mera expectativa de direito à nomeação” (RE 290.346, Rel. Min. Ilmar Galvão, DJ 29/06/01. Ver também MS 21.870, Rel. Min. Carlos Velloso, DJ 19/12/94; AI 452.831-AgR, DJ 11/03/05; RE-AgR 421938, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 02/06/2006), salvo “durante o período de validade do concurso porque, nessa hipótese, estaria a administração adstrita ao que fora estabelecido no edital do certame, razão pela qual a nomeação fugiria ao campo da discricionariedade, passando a ser ato vinculado”. (RMS nº 15.034/RS, Rel. Min. Felix Fischer, DJU de 29/3/2004. Ver também Súmula 15/STF), o STJ firmou entendimento de que “o candidato aprovado em concurso público, dentro do número de vagas previstas em edital, possui direito líquido e certo à nomeação e à posse”, pois “a partir da veiculação, pelo instrumento convocatório, da necessidade de a Administração prover determinado número de vagas, a nomeação e posse, que seriam, a princípio, atos discricionários, de acordo com a necessidade do serviço público, tornam-se vinculados, gerando, em contrapartida, direito subjetivo para o candidato aprovado dentro do número de vagas previstas em edital.” (RMS nº 20.718 - SP 2005/0158090-4).

³ Embora haja no meio jurídico quem demonstre entendimento de que a nomeação e a posse dependem de critérios de oportunidade e conveniência da Administração Pública, em voto no RMS Nº 20.718 - SP (2005/0158090-4), considerou-se improcedente a alegação de falta de disponibilidade financeira para arcar com o provimento no cargo: “A ausência de disponibilidade financeira para prover no cargo relaciona-se à questão da governabilidade, a qual pressupõe um mínimo de responsabilidade para com os atos que praticam, mormente quando afetam de forma direta a esfera jurídica dos cidadãos.” (Voto do relator Min. Paulo Medina), bem como que “o concurso representa uma promessa do Estado que o obriga ao recrutamento de acordo com o número de vagas.” (Voto-vista do Min Nilson Naves).

todas as despesas de custeio que são anualmente alocadas no orçamento sem dependerem de outra lei e todas as despesas de capital. Além disso, com o intuito de proteger direitos constitucionais, direitos adquiridos e contratos, não é exigida compensação para as seguintes exceções exaustivamente previstas na LRF⁴:

- a revisão geral anual da remuneração de servidores públicos e de subsídio, concedida por lei específica, na mesma data e sem distinção de índices⁵;
- o serviço da dívida⁶;
- nas áreas de saúde, previdência e assistência social: a concessão de benefícios a quem satisfaça as condições de habilitação prevista na legislação pertinente; a expansão quantitativa do atendimento e dos serviços prestados; e os reajustes destinados a preservar o valor real de benefícios ou serviços⁷.

~~É considerado aumento de despesa, a prorrogação da DOCC criada por prazo determinado.~~ No entanto, a prorrogação de DOCC que inicialmente havia sido criada por prazo determinado configura geração de nova DOCC⁸.

São exemplos de DOCC:

- Contratação de servidores efetivos, para cargos em comissão ou celetistas, empregados públicos e agentes políticos, independentemente do regime de trabalho a que estejam submetidos, sempre que gerar para o ente obrigação de despesa por um período superior a dois exercícios.

⁴ LRF, arts. 17 e 24.

⁵ Constituição, art. 37, X e LRF, art. 17, § 6º.

⁶ LRF, art. 17, § 6º.

⁷ LRF, art. 24, § 6º.

⁸ LRF, art. 17, § 7º.

- Reestruturação de carreiras com concessão de aumento que ultrapasse a revisão geral anual prevista constitucionalmente. Ex: Lei n.º 10.550, de 13 de novembro de 2002, que dispõe sobre a estruturação da Carreira de Perito Federal Agrário, a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário – GDAPA e da Gratificação Especial de Perito Federal Agrário – GEPR.
- Criação de indenização para anistiados políticos na forma da Lei nº 10.559/2002, cujo art. 6.º gera para o ente a obrigação de reparação econômica mensal e permanente.
- Parcerias Público-Privadas - PPP, na forma da Lei 11.079/2004, cujos arts. 22 e 28 estabelecem o limite de 1% da Receita Corrente Líquida - RCL do exercício anterior para as DOCC geradas por PPP e de 1% da RCL projetada para os dez exercícios subsequentes para as DOCC anuais geradas por PPP nos contratos vigentes. No caso dos Estados, DF e Municípios, deverão encaminhadas ao Senado Federal e à Secretaria do Tesouro Nacional, previamente à contratação, as informações necessárias para cumprimento do limite, inclusive no caso de empresas controladas não-dependentes. O descumprimento do limite de 1% sujeita o Ente às sanções institucionais de suspensão de garantias e de transferências voluntárias.

Não são exemplos de DOCC:

- Conta de luz porque, embora a energia elétrica seja essencial, o consumo não é obrigatório; trata-se de uma despesa corrente que será menor se a administração gastar menos.

- Contratos de prestação de serviços (consultoria, informática ou recolhimento de lixo), porque o ente pode decidir não fazer mais essa despesa no exercício seguinte. Não há uma lei que o obrigue a fazer a despesa. A obrigação não tem origem em lei, medida provisória ou ato administrativo normativo, mas apenas em um contrato que pode ser revogado, modificado ou repactuado.
- Obras com execução prevista em cinco anos, porque é um investimento, uma despesa de capital, portanto não incluída no conceito.
- Pagamento de funcionários, porque o mero pagamento não caracteriza geração de despesa. No entanto, dar posse a novos funcionários efetivos ou reestruturar carreiras é geração de DOCC porque, daquele momento em diante, os novos orçamentos tomarão essa despesa como rígida, tendo em vista que os funcionários são estáveis.
- Contratação temporária de funcionários para substituição de servidores e empregados públicos quando não gerar para o ente obrigação de despesa por um período superior a dois exercícios. Nesse caso, o ato deve indicar a impossibilidade de prorrogação.
- Programas que, embora possam ter características semelhantes à DOCC, prevendo benefícios, condicionam o número de beneficiários ou o valor da despesa à disponibilidade orçamentária. Alguns exemplos:
 - Programa Primeiro Emprego, criado pela Lei nº 10.748, de 2003, autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção econômica no valor de seis parcelas de R\$ 250,00 aos empregadores que atendam a certos requisitos e contratem jovens entre 16 e 24 anos, mas a concessão da subvenção fica condicionada à disponibilidade de recursos financeiros.

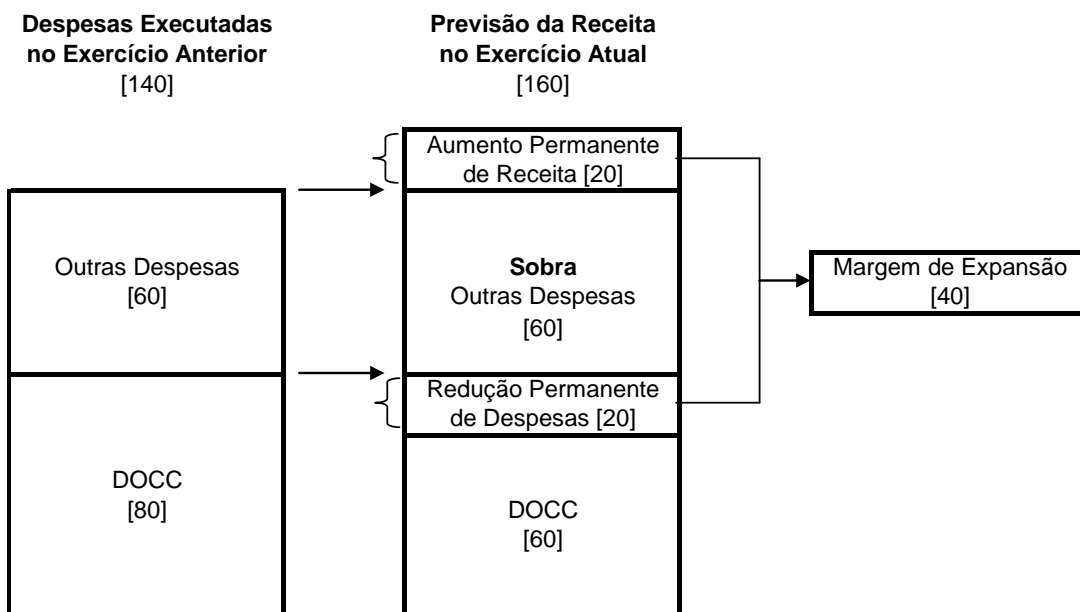
- Programa Educação de Jovens e Adultos, instituído pela MP nº 173/2004, convertida na Lei n.º 10.880, de 2004, cujo § 2º do art. 7º estabelece que o Ministério da Educação determinará o valor a ser repassado aos Estados, Distrito Federal e Municípios, observado o montante de recursos disponíveis para este fim, constante da LOA.

O Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado ~~visa ao atendimento do art. 4º, § 2º, inciso V, da LRF, e~~ integra o Anexo de Metas Fiscais da LDO⁹ com o objetivo de estabelecer um limite para a expansão da DOCC na LOA, de modo a adequar o crescimento dessas despesas às metas fiscais. Esse Demonstrativo será acompanhado de análise técnica demonstrando a forma pela qual os valores apresentados foram obtidos, embasados por dados ~~que contribuam para dar-lhe consistência~~, tais como indicadores de atividade econômica, crescimento demográfico, projeção da taxa de desemprego, efeitos progressivos de legislações aprovadas nos anos recentes, incremento no número de beneficiários dos programas obrigatórios, dentre outros. ~~atividades desenvolvidas pela Administração Pública, que foram direcionados e geraram os resultados apresentados, e outros que contribuam para dar consistência ao referido demonstrativo.~~

O Demonstrativo parte da análise da associação do incremento da receita com a redução da despesa que, por consequência, estabelece a margem de expansão das DOCC. Observe a expressão gráfica de como se obtém a Margem de Expansão de DOCC pelo incremento no aumento permanente de receita somado ao incremento sobre a redução permanente de despesa.

⁹ LRF, art. 4º, § 2º, V.

O resultado expressa a margem que o ente poderá utilizar para a assunção de novas DOCC.



Sua A forma de elaboração e preenchimento do Demonstrativo da Margem de Expansão das DOCC, que integra o Anexo de Metas Fiscais da LDO, está descrita ~~a seguir~~ na Tabela 9. Na Tabela 10 apresenta-se o Demonstrativo de Avaliação da Margem de Expansão das DOCC realizada no exercício anterior, em comparação com a prevista.

A forma de elaboração e preenchimento do Demonstrativo de Avaliação do Ato de Criação ou Expansão das DOCC está descrita na Tabela 11.

~~Ainda em relação ao mesmo artigo da LRF, está estabelecido que os atos que criarem ou aumentarem as DOCC deverão ser instruídos~~

A utilização da margem de expansão se esgota no processo orçamentário ordinário. A criação ou expansão de DOCC fora desse processo deve estar acompanhada da devida compensação, já que a margem de expansão não é aceita para

esse fim¹⁰. O ato que criar ou aumentar a DOCC deverá ser instruído com a estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes, de modo a dar consistência à ~~Também deve haver a~~ comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no § 1º do art. 4º da LRF¹¹.

O equilíbrio entre receitas e despesas é um importante princípio orçamentário. O orçamento já utiliza o mecanismo de compensação no período a que se refere: um ano. Nenhuma despesa pode ser incluída no orçamento sem que seja e demonstrada a origem dos recursos para seu custeio. Destaque-se que, em quaisquer casos, inclusive nas exceções citadas nos arts. 17 e 24 da LRF, é preciso indicar, no orçamento, a fonte de custeio da despesa¹². Assim, a criação de DOCC deve ser acompanhada de exame da sua compatibilidade com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento¹³.

Ocorre que, no caso das DOCC, a compensação no orçamento não basta porque a lógica da geração dessas despesas transcende o período anual. Um governante pode criar hoje despesas que serão obrigatórias não só no próximo ano, mas nos próximos anos, mandatos e gerações, sem saber se naquela ocasião haverá ou não receita. O que há de grave nesse comportamento é que o equilíbrio do orçamento atual não garante necessariamente equilíbrio nos orçamentos futuros. Algumas receitas podem ser temporárias (concessões,

¹⁰ LRF, art. 17, § 2º

¹¹ LRF, art. 17, § 1º.

¹² Constituição, art. 195, § 5º e LRF, arts. 16 e 24, caput.

¹³ LRF, art. 16 e 17, § 4º

alíquotas temporárias, etc.), várias despesas têm crescimento vegetativo (pessoal, por exemplo), outras têm componentes que podem induzir desequilíbrios crescentes (previdência, por exemplo). Esses são aspectos que devem ser observados com cuidado no processo de planejamento e, também, na criação de despesas. Assim, no ato da criação da DOCC, os seus efeitos financeiros nos períodos seguintes devem ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesas¹⁴.

Considera-se aumento permanente de receita o proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição¹⁵, cuja competência tributária é do próprio ente. Por exemplo, no caso dos municípios:

- Elevação da alíquota do ITBI de 3% para 4%; e
- Ampliação da base de cálculo da Contribuição de Iluminação Pública, que é o consumo total de energia elétrica, medido em KWh e constante da fatura emitida pela empresa concessionária distribuidora. Supondo que a base mínima para tributação do consumidor seja uma faixa de consumo até 80 KWh, se esta for reduzida para 40 KWh, ocorrerá a ampliação da base de cálculo. Vide exemplo a seguir.

Situação Inicial:

| FAIXA DE CONSUMO RESIDENCIAL | VALOR A PAGAR EM R\$ |
|---------------------------------|-------------------------|
| Consumo até 80 KWh | 0,00 |
| Consumo de 81 a 100 KWh | 5,00 |

¹⁴ LRF, art. 17, § 2º.

¹⁵ LRF, art. 17, § 3º.

| | |
|--------------------------|------|
| Consumo de 101 a 150 KWh | 8,00 |
|--------------------------|------|

Situação Final (após ampliação da base de cálculo):

| FAIXA DE CONSUMO RESIDENCIAL | VALOR A PAGAR EM R\$ |
|---------------------------------|-------------------------|
| Consumo até 40 KWh | 0,00 |
| Consumo de 41 a 100 KWh | 5,00 |
| Consumo de 101 a 150 KWh | 8,00 |

O objetivo do mecanismo de compensação é impedir, na origem, a geração de despesas que embutam desequilíbrios para orçamentos futuros. Somente saberemos que a nova DOCC não induzirá desequilíbrios nos orçamentos futuros se, desde já, soubermos qual é a receita que será utilizada no seu financiamento. Isto significa que o ato que criar uma nova DOCC, cujos efeitos se façam sentir por mais de dois anos, deverá estar acompanhado ou da medida que cria nova receita ou da medida que reduz a despesa existente. Por essa razão, é fundamental que a compensação seja exigida pelo período em que os efeitos do ato se verificarem. Ex.: Se o ato de criação de DOCC gera efeitos por 10 anos, o ato de compensação deve gerar efeitos também por 10 anos.

Os aumentos permanentes de receitas relativos a tributos (impostos, taxas e contribuições) estão subordinados às limitações ao poder de tributar e devem ser autorizados por lei e estar de acordo com as normas do Sistema Tributário Nacional previstas pela Constituição, especialmente quanto aos princípios da anterioridade anual e da anterioridade nonagesimal¹⁶. Dessa forma, a geração de DOCC deve ser

¹⁶ CF, art. 150, III.

precedida do aumento permanente de receita, caso esse seja o mecanismo de compensação escolhido. A comprovação de atendimento do mecanismo de compensação integrará o ato que criar a DOCC e conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas¹⁷. As DOCC não ~~serão~~ deverão ser executadas antes da implementação de tais medidas¹⁸.

No tocante às contribuições, compete, exclusivamente, à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico, e de interesse de categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de intervenção nas respectivas áreas. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir tão somente contribuição de melhoria, contribuição para custeio do respectivo regime de previdência – regime próprio de previdência dos servidores ocupantes de cargo efetivo e contribuição para o custeio de iluminação pública. ~~para haver alteração na definição da base de cálculo de impostos é necessária a edição de Lei Complementar Federal, conforme estabelecido pela Constituição Federal, em seu art. 146, inciso III, alínea a.~~

Outra hipótese a ser considerada como aumento permanente de receita, ~~para efeito do § 2º, do art. 17 da LRF,~~ é a elevação do montante de recursos recebidos pelo ente, oriundos da elevação de alíquotas ou ampliação da base de cálculo de tributos que são objeto de transferência constitucional¹⁹. ~~, com base nos arts. 157 e 158 da Constituição Federal de 1988, transcritos a seguir:~~

~~“Art. 157. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:~~

¹⁷ LRF, art. 17, § 4º.

¹⁸ LRF, art. 17, § 5º.

¹⁹ Constituição, arts. 157, 158 e 159.

~~I — o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;~~

~~II — vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I.~~

~~Art. 158. Pertencem aos Municípios:~~

~~I — o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;~~

~~II — cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)~~

~~III — cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;~~

~~IV — vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.”~~

Não é considerado aumento permanente de receita o crescimento de arrecadação decorrente do crescimento esperado da economia, uma vez que a LRF impõe expressamente que, neste caso, a compensação seja feita por meio da edição de legislação que aumente alíquotas, amplie a

base de cálculo, majore ou crie tributo ou contribuição²⁰. A economia pode estar passando por uma fase de crescimento econômico excepcional, que se reflete no crescimento das receitas, sem que isto se repita necessariamente nos períodos seguintes. Se o simples fato de haver receita hoje implicasse na geração de DOCC para o futuro, a consequência seria que, em períodos de crescimento econômico, poderiam ser criadas várias despesas nessa categoria que, pelo fato de serem mandatórias, não poderiam ser reduzidas nos períodos de recessão, gerando um desequilíbrio orçamentário no futuro. Este acabaria sendo financiado ou por aumento da carga tributária, ou por endividamento, ou por corte de outras despesas (sociais, inclusive).

Não são considerados redução permanente de despesa o contingenciamento de dotações orçamentárias, o remanejamento de despesas ou a utilização da margem de expansão das DOCC, uma vez que a LRF impõe expressamente que, neste caso, a compensação seja feita por meio da edição de legislação que reduza as DOCC.

O mecanismo de compensação antecipa, no momento da criação da despesa, a sua consequência em termos de geração de receita ou de corte de despesa. Ao fazer tal exigência, impede o crescimento de uma parte das despesas: as rígidas. De qualquer modo, se houver sobra de recursos, será possível alocar mais recursos em necessidades sociais a cada orçamento, ou reduzir o endividamento ou reduzir a carga tributária. Essa escolha poderá ser feita em cada orçamento.

1.1.1 Instruções de Preenchimento

²⁰ LRF, art. 17, § 3º

Tabela 9 - DEMONSTRATIVO VIII.1 – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

<ENTE DA FEDERAÇÃO>
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
<ANO DE REFERÊNCIA>

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

| ESTIMATIVAS | <Ano de Referência> | | | <Ano+1> | | | <Ano+2> | | |
|--|---------------------|-----------|-----------|----------|-----------|-----------|----------|-----------|-----------|
| | Valor | Valor | % PIB | Valor | Valor | % PIB | Valor | Valor | % PIB |
| | Corrente | Constante | (a / PIB) | Corrente | Constante | (b / PIB) | Corrente | Constante | (c / PIB) |
| | (a) | | x 100 | (b) | | x 100 | (c) | | x 100 |
| AUMENTO PERMANENTE DA RECEITA (I) | | | | | | | | | |
| Elevação de Alíquotas | | | | | | | | | |
| < Legislação (Tributo ou Contribuição)> | | | | | | | | | |
| ... | | | | | | | | | |
| Ampliação da Base de Cálculo | | | | | | | | | |
| < Legislação (Tributo ou Contribuição)> | | | | | | | | | |
| ... | | | | | | | | | |
| Criação de Tributo ou Contribuição | | | | | | | | | |
| < Legislação (Tributo ou Contribuição)> | | | | | | | | | |
| ... | | | | | | | | | |
| TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II) | | | | | | | | | |
| AUMENTO PERMANENTE DA RECEITA AJUSTADO (III) = (I-II) | | | | | | | | | |
| VARIACÃO DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO (IV) | | | | | | | | | |
| AUMENTO PERMANENTE DE DESPESA (V) | | | | | | | | | |
| Crescimento Vegetativo dos Gastos Sociais | | | | | | | | | |
| < Legislação > | | | | | | | | | |
| ... | | | | | | | | | |
| Novas DOCC com Início de Vigência Previsto para o Exercício Seguinte | | | | | | | | | |
| Aprovadas | | | | | | | | | |
| Geradas por PPP | | | | | | | | | |
| < Legislação > | | | | | | | | | |
| ... | | | | | | | | | |
| Outras | | | | | | | | | |
| < Legislação > | | | | | | | | | |
| ... | | | | | | | | | |
| Autorizadas pela LDO de <Ano de Referência> | | | | | | | | | |
| Pessoal | | | | | | | | | |
| < Legislação > | | | | | | | | | |
| ... | | | | | | | | | |
| Salário-mínimo | | | | | | | | | |
| < Legislação > | | | | | | | | | |
| ... | | | | | | | | | |
| Geradas por PPP | | | | | | | | | |
| < Legislação > | | | | | | | | | |
| ... | | | | | | | | | |
| Outras | | | | | | | | | |
| < Legislação > | | | | | | | | | |
| ... | | | | | | | | | |
| MARGEM DE EXPANSÃO (VI) = (III - IV - V) | | | | | | | | | |

FONTE:

~~EVENTOS — Essa coluna identifica a Arrecadação, as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuoado, a Margem Bruta de Expansão das DOCC, o Saldo Utilizado da Margem e a Margem Líquida de Expansão das DOCC.~~

~~Valor Previsto para <Ano de Referência> — Essa coluna identifica os valores previstos da Arrecadação, das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuoado, da Margem Bruta de Expansão das DOCC, do Saldo Utilizado da Margem e da Margem Líquida de Expansão das DOCC para o exercício~~

~~orçamentário a que se refere a LDO. A expressão <Ano de Referência> indica o ano correspondente. Ex: <2008>.~~

ESTIMATIVAS – Essa coluna identifica a estimativa do aumento ou redução permanente da receita, das transferências constitucionais e legais correspondentes, do superávit primário, e da despesa. A redução será representada por valores negativos.

<Ano de Referência> – Essa coluna identifica os valores previstos para o exercício orçamentário a que se refere a LDO. A expressão <Ano de Referência> indica o ano correspondente. Ex: <2009>.

Valor Corrente – Essas colunas identificam os valores das DOCC para o exercício orçamentário a que se referem, utilizando o cenário macroeconômico de forma que os valores apresentados sejam claramente fundamentados.

Valor Constante – Essas colunas identificam os valores constantes que equivalem aos valores correntes abstraídos da variação do poder aquisitivo da moeda, ou seja, expurgando os índices de inflação ou deflação aplicados no cálculo do valor corrente, trazendo os valores das metas anuais para valores praticados no ano anterior ao ano de referência da LDO.

% PIB – Essas colunas identificam o valor percentual das DOCC previstas para o exercício orçamentário a que se referem, em relação ao valor projetado do PIB nacional para a União, Estados e Distrito Federal. No caso dos Municípios, o percentual será apresentado em relação ao valor projetado do

PIB dos respectivos Estados, até um milésimo por cento (0,001%).

Exemplo de Cálculo do Valor Constante:

Supondo que determinado Município tenha projetado a receita total para o ano de referência da LDO e para os dois seguintes, levando em consideração a taxa média de inflação projetada para o período, foram obtidos os respectivos valores correntes:

| ESTIMATIVAS | 2010 | 2011 | 2012 |
|-------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| | Valor Corrente | Valor Corrente | Valor Corrente |
| AUMENTO PERMANENTE DA RECEITA | 125.500 | 137.200 | 157.830 |

R\$ milhares

Taxa Média de Inflação do Período:

| VARIÁVEIS | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|------|------|------|
| Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação | 6,0 | 6,5 | 6,5 |

2010

Índice para Deflação:

$$\{1 + (\text{Taxa de Inflação de 2009} / 100)\}$$

$$\{1 + (6 / 100)\} = 1,06$$

Cálculo do Valor constante:

Valor corrente / Índice para Deflação

$$125.500 / 1,06 = 118.396$$

2011

Índice para Deflação:

$$\{1 + (\text{Taxa de Inflação de 2009} / 100)\} \times \{1 + (\text{Taxa de Inflação de 2010} / 100)\}$$

$$\{1 + (6,0 / 100)\} \times \{1 + (6,5 / 100)\} = 1,06 \times 1,065 = 1,1289$$

Cálculo do Valor Constante:

Valor Corrente / Índice para Deflação

$$137.200 / 1,1289 = 121.534$$

2012

Índice para Deflação:

$$\{1 + (\text{Taxa de Inflação de 2009} / 100)\} \times \{1 + (\text{Taxa de Inflação de 2010} / 100)\} \times \{1 + (\text{Taxa de Inflação de 2011} + 2 / 100)\}$$

$$\{1 + (6,0 / 100)\} \times \{1 + (6,5 / 100)\} \times \{1 + (6,5 / 100)\} = 1,06 \times 1,065 \times 1,065 = 1,2023$$

Cálculo do Valor Constante:

Valor Corrente / Índice para Deflação

$$157.830 / 1,2023 = 131.273$$

Como resultado, os seguintes valores serão apresentados no Demonstrativo constante do Anexo de Metas:

| AMF – Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) | | | | | | | | | R\$ milhares |
|---|--------------------|-----------------|---------------------|--------------------|-----------------|---------------------|--------------------|-----------------|---------------------|
| ESTIMATIVA | 2010 | | | 2011 | | | 2012 | | |
| | Valor Corrente (a) | Valor Constante | % PIB (a/PIB) x 100 | Valor Corrente (b) | Valor Constante | % PIB (b/PIB) x 100 | Valor Corrente (c) | Valor Constante | % PIB (c/PIB) x 100 |
| AUMENTO PERMANENTE DA RECEITA | 125.500 | 118.396 | | 137.200 | 121.534 | | 157.830 | 131.273 | |

AUMENTO PERMANENTE DA RECEITA (I) – Nessa linha, registrar o valor total da estimativa de aumento permanente de receita proveniente da elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo e da criação de tributo ou contribuição para o exercício orçamentário a que se refere a LDO.

Elevação de Alíquota - Nessa linha, registrar a estimativa de aumento permanente da receita proveniente do aumento sobre o percentual (alíquota) a ser aplicado sobre um determinado valor líquido tributável (base de cálculo), que dá como resultado o valor do tributo ou contribuição a ser pago.

Ampliação da Base de Cálculo – Nessa linha, registrar a estimativa de aumento permanente da receita proveniente do aumento do valor (base de cálculo) que se deve tomar como ponto de partida imediato para o cálculo das alíquotas do tributo ou contribuição.

Criação de Tributo ou Contribuição – Nessa linha, registrar a estimativa de aumento permanente de receita proveniente da criação de prestação pecuniária compulsória (tributo, seja imposto, taxa ou contribuição de melhoria), ou da criação de exações (contribuições) cobradas pelo Poder Público cuja finalidade seja a intervenção no domínio econômico, a proteção dos interesses das categorias econômicas ou profissionais (contribuições corporativas) e a previdência social (contribuições sociais).

<Legislação (Tributo ou Contribuição)> – Essa linha identifica a lei que criou o tributo ou contribuição, ampliou sua base de cálculo ou elevou sua alíquota. Após a identificação da lei, indicar entre parêntesis o nome do tributo ou contribuição correspondente. Ex: Lei n.º 9999/99 (ICMS).

TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

(II) – Nessa linha, registrar a parcela da estimativa do aumento permanente de receita para o exercício orçamentário a que se

refere a LDO que será transferida aos Estados, Distrito Federal e Municípios, no caso da União, e aos Municípios, no caso dos Estados. ~~Essa linha não se aplica aos Municípios.~~ Ex: No caso de um Estado, a parcela do aumento permanente de receita gerado pelo aumento de alíquota do ICMS, transferida aos seus respectivos Municípios, deve ser inserida nessa linha, como dedução da linha Aumento Permanente de Receita.

~~**Transferências ao FUNDEB** – Nessa linha, registrar o valor que, decorrente do aumento permanente de receita, será transferido ao FUNDEB por Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício orçamentário a que se refere a LDO.~~

~~**Saldo Final do Aumento Permanente de Receita**~~
AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA AJUSTADO
(III) = (I) – (II) – Nessa linha, registrar o valor do aumento da receita **ajustado**, líquido dos aumentos permanentes de receita referentes às transferências constitucionais e **legais** ~~transferências do FUNDEB.~~

VARIAÇÃO DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO (IV) – Nessa linha, registrar o valor previsto para a variação da diferença estabelecida entre as receitas e despesas primárias. Se houver aumento do superávit primário, o sinal é positivo (+); se houver redução, é negativo (-).

~~**Redução Permanente de Despesa (II)**~~ **AUMENTO PERMANENTE DE DESPESA (V)** – Nessa linha, registrar ~~o valor previsto para a redução~~ a **estimativa de aumento permanente** de despesa para o exercício orçamentário a que se refere a LDO.

~~Margem Bruta (III) = (I + II) – Nessa linha, registrar o somatório do saldo final do aumento permanente de receita mais a redução permanente de despesa.~~

~~Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)~~ **Crescimento Vegetativo dos Gastos Sociais** – Nessa linha, registrar o valor ~~do saldo da margem de expansão das DOCC, inclusive as geradas por PPP's, comprometido para o ano de referência.~~ do crescimento natural dos gastos sociais no ano de referência e nos dois seguintes, definido como a diferença entre a criação e a redução dos gastos sociais em decorrência, por exemplo, da promoção em carreiras, da incorporação automática de gratificações e de outros direitos automaticamente assegurados sem a necessidade de edição de novos atos.

Novas DOCC com Início de Vigência Previsto para o Exercício Seguinte – Nessa linha, registrar o valor previsto de novas **DOCC**, ~~exceto as previstas para PPP, para o exercício orçamentário a que se refere a LDO.~~ já aprovadas por meio de legislação específica ou na própria LDO do ano de referência que deverão ser computadas para fins de avaliação das metas fiscais.

Aprovadas – Nessa linha, registrar o valor previsto das DOCC já aprovadas por outro instrumento normativo, ou seja, lei, medida provisória ou ato normativo que não seja a LDO nem a LOA do ano de referência.

~~Novas DOCC~~ **Geradas por PPP** – Nessa linha, registrar o valor previsto de novas **DOCC** geradas por **PPP** previstas para o exercício orçamentário a que se refere a LDO.

Outras - Nessa linha, registrar o valor previsto de novas DOCC geradas por outras normas e que não estejam relacionadas com PPP.

Autorizadas pela LDO de <Ano de Referência> – Nessa linha, registrar o valor previsto das DOCC aprovadas pela própria LDO do ano de referência.

Pessoal – Nessa linha, registrar o valor previsto das DOCC aprovadas pela própria LDO do ano de referência para os gastos com despesas de pessoal.

Salário-mínimo – Nessa linha, registrar o valor previsto das DOCC aprovadas pela própria LDO do ano de referência para os gastos com aumento do salário-mínimo.

Geradas por PPP – Nessa linha, registrar o valor previsto de novas DOCC geradas por PPP inseridas no exercício orçamentário pela LDO a que se refere.

Outras - Nessa linha, registrar o valor previsto de novas DOCC criadas pela LDO de referência, mas que não façam parte dos outros itens.

<Legislação> - Essa linha identifica a norma de criação da DOCC. A expressão <Legislação> indica a lei, medida provisória ou ato normativo correspondente. Ex: Lei n.º 9999/99.

~~**Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III – IV)**~~
MARGEM DE EXPANSÃO (VI) = (III – IV - V) – Nessa

linha, registrar o saldo final da margem de expansão das **DOCC** para o exercício financeiro a que se refere a LDO.

Tabela 10 - DEMONSTRATIVO VIL2 – AVALIAÇÃO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO DO EXERCÍCIO ANTERIOR

<ENTE DA FEDERAÇÃO>
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO DO EXERCÍCIO ANTERIOR
<ANO DE REFERÊNCIA>

AMF - Tabela 10 (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | Metas Previstas <Ano-2> (a) | % PIB | Metas Realizadas <Ano-2> (b) | % PIB | Variação | |
|--|-----------------------------------|-------|------------------------------------|-------|----------------------|----------|
| | | | | | Valor (c) = (b-a) | % 100 |
| AUMENTO PERMANENTE DA RECEITA (I) | | | | | | |
| TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II) | | | | | | |
| AUMENTO PERMANENTE DA RECEITA AJUSTADO (III) = (I-II) | | | | | | |
| VARIACAO DO SUPERAVIT PRIMARIO (IV) | | | | | | |
| AUMENTO PERMANENTE DE DESPESA (V) | | | | | | |
| Crescimento Vegetativo dos Gastos Sociais | | | | | | |
| Novas DOCC com Início de Vigência Previsto para o Exercício Seguinte | | | | | | |
| Aprovadas | | | | | | |
| Geradas por PPP | | | | | | |
| Outras | | | | | | |
| Autorizadas pela LDO de <Ano de Referência> | | | | | | |
| Pessoal | | | | | | |
| Salário-mínimo | | | | | | |
| Geradas por PPP | | | | | | |
| Outras | | | | | | |
| MARGEM DE EXPANSAO (VI) = (III - IV - V) | | | | | | |

FONTE:

No preenchimento deste Demonstrativo, utilizar as definições do Demonstrativo VIII.1 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuoado, lembrando que os valores **não** serão os mesmos, pois se referem à previsão e à realização no segundo ano anterior ao de referência da LDO.

ESPECIFICAÇÃO – Essa coluna identifica as estimativas previstas do aumento ou redução permanente da receita, das transferências constitucionais e legais correspondentes, do superávit primário e da despesa em confronto com os valores realizados. A redução será representada por valores negativos.

Metas Previstas em <Ano-2> (a) – Essa coluna identifica os valores relativos às metas referentes ao segundo ano anterior ao ano de referência da LDO.

% PIB – Essa coluna identifica o valor percentual das Metas Fiscais previstas pela União, Estados e DF no segundo ano anterior ao ano de referência da LDO, em relação ao valor projetado do PIB nacional. No caso dos Municípios, o percentual será apresentado em relação ao valor projetado do PIB dos respectivos Estados, até um milésimo por cento (0,001%).

Metas Realizadas em <Ano-2> (b) – Essa coluna identifica os valores efetivamente realizados no segundo ano anterior ao ano de referência da LDO.

% PIB – Essa coluna identifica o valor percentual das Metas Fiscais realizadas pela União, Estados e DF no segundo ano anterior ao ano de referência da LDO, em relação ao valor realizado do PIB nacional. No caso dos Municípios, o percentual será apresentado em relação ao valor realizado do PIB dos respectivos Estados, até um milésimo por cento (0,001%).

Variação – Essa coluna identifica a variação entre as metas previstas pelo ente e as metas realizadas no segundo ano anterior ao ano de referência da LDO.

Valor (c) = (b-a) – Essa coluna identifica a variação nominal das metas fiscais previstas em relação às metas fiscais realizadas no segundo ano anterior ao ano de referência da LDO.

% (c/a) x 100 – Essa coluna identifica o percentual da variação entre as metas fiscais previstas e as realizadas no segundo ano anterior ao ano de referência da LDO.

Tabela 11 - DEMONSTRATIVO VIII.3 – AVALIAÇÃO DO ATO DE CRIAÇÃO OU DE EXPANSÃO DA DESPESA OBRIGATÓRIA DE CARÁTER CONTINUADO

<ENTE DA FEDERAÇÃO>

PODER

ÓRGÃO

AVALIAÇÃO DO ATO DE CRIAÇÃO OU DE EXPANSÃO DA DESPESA OBRIGATÓRIA DE CARÁTER CONTINUADO

<ANO DE REFERÊNCIA>

<MÊS DE REFERÊNCIA>

LRF - Tabela 11 (LRF, art.4º)

R\$ 1,00

| ESTIMATIVA | VALOR PREVISTO | | |
|---|------------------|-------------------------|------------------------|
| | <Ano-Referência> | <Ano de Referência + 1> | <Ano de Referência +2> |
| IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (I) < Legislação > ... | | | |
| ORIGEM DOS RECURSOS PARA CUSTEIO (II) Redução Permanente de Despesa < Legislação > ... Aumento Permanente de Receita Elevação de Alíquotas < Legislação (Tributo ou Contribuição)> ... Ampliação da Base de Cálculo < Legislação (Tributo ou Contribuição)> ... Criação de Tributo ou Contribuição < Legislação (Tributo ou Contribuição)> ... | | | |
| AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO (III) = (I - II) | | | |

Fonte:

No preenchimento deste Demonstrativo, utilizar as definições do Demonstrativo VIII.1 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, lembrando que os valores **não** serão os mesmos, pois se referem ao ato de criação da DOCC.

ESTIMATIVA – Essa coluna identifica as estimativas do impacto orçamentário-financeiro da geração de DOCC e da origem dos recursos para o respectivo custeio.

<Ano de Referência> – Essa coluna identifica os valores previstos para o exercício orçamentário a que se refere o ato. A expressão <Ano de Referência> indica o ano correspondente. Ex: <2009>.

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (I) - Nessa linha, registrar o valor total da estimativa do impacto orçamentário-financeiro proveniente da geração de DOCC proveniente de lei, medida provisória ou ato normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

<Legislação> - Essa linha identifica a norma de criação da DOCC. A expressão <Legislação> indica a lei, medida provisória ou ato normativo correspondente. Ex: Lei n.º 9999/99

ORIGENS DOS RECURSOS PARA CUSTEIO (II) - Nessa linha, registrar o valor total da origem dos recursos que irão custear o impacto orçamentário-financeiro proveniente da geração de DOCC.

Redução Permanente de Despesa - Nessa linha, registrar o valor da redução permanente de DOCC.

AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO (III)
= (I - II) – Nessa linha, registrar a comparação entre o impacto orçamentário-financeiro gerado pelas DOCC e suas respectivas fontes de custeio.

1.1.2 Exemplo de Elaboração

(O exemplo será feito após a aprovação da minuta pelo grupo técnico, por meio de adaptação).

MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA - AC
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2009

AMF – Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ milhares

| EVENTOS | Valor Previsto para 2009 |
|---|---------------------------------|
| Aumento Permanente da Receita | 9.000 |
| (-) Transferências Constitucionais | - |
| (-) Transferências ao FUNDEB | 3.000 |
| Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I) | 6.000 |
| Redução Permanente de Despesa (II) | 500 |
| Margem Bruta (III) = (I-II) | 6.500 |
| Saldo Utilizado de Margem Bruta (IV) | 2.500 |
| Impacto de Novas DOCC | 2.500 |
| Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV) | 4.000 |

FONTE:

~~Nota: Na apuração da margem de expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado DOCC, é prevista a redução permanente de despesas por meio da racionalização da utilização dos recursos humanos. O valor atribuído ao campo Aumento Permanente de Receita foi gerado a partir da elevação da alíquota do ICMS do Estado a que pertence o Município de Cruz Alta AC e, também, pela instituição da Contribuição de Iluminação Pública, prevista no art. 149 A, da Constituição Federal.~~